

# COMPLEMENTO PARA APOSTILA DE DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL

## COLETÂNEA DE PROVAS ANTERIORES - Cód.: 0091

### PROVA DE DELEGADO DE POLÍCIA - 2006

#### Direito Penal

##### 01. É correto afirmar que

- a) para a consumação do delito de quadrilha, basta a associação de mais de quatro pessoas, para o fim de cometer crimes.
- b) ao dispor sobre crimes tentados o Código Penal prevê a possibilidade de casos com resposta penal equivalente à dos consumados.
- c) o Código Penal condiciona o reconhecimento da forma tentada de um crime à existência, na Parte Especial, de previsão específica quanto à sua admissibilidade.
- d) no crime de falsificação de documento público, o fato do agente ser funcionário público e cometer o delito prevalecendo-se do seu cargo, não traz nenhuma consequência no momento da fixação da reprimenda.
- e) no estelionato, sendo o criminoso primário, o juiz estará obrigado a reduzir a sua reprimenda de um a dois terços ou aplicar tão-somente a pena de multa.

##### 02. Em relação ao concurso de crimes, é correto afirmar que

- a) a extinção da punibilidade decorrente da prescrição incidirá sobre a pena de cada um dos delitos, isoladamente.
- b) no caso de reconhecimento, do concurso material, aplica-se a pena do crime mais grave, aumentada de um sexto até a metade.
- c) no caso de crime continuado, as penas deverão ser somadas.
- d) o concurso material só poderá ser reconhecido quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, praticar dois ou mais crimes idênticos.
- e) no caso de reconhecimento do concurso formal, a pena poderá exceder a que seria cabível se aplicada a regra do concurso material.

##### 03. Ao reduzir a pena em razão do reconhecimento da tentativa, deve o juiz considerar

- a) a culpabilidade do agente.
- b) a personalidade e a conduta social do agente.
- c) a maior ou menor proximidade da consumação.
- d) as consequências do delito.
- e) a intensidade do dolo do agente.

##### 04. Não constitui causa de aumento de pena no crime de roubo

- a) o concurso de duas ou mais pessoas.
- b) o emprego de arma.
- c) a restrição da liberdade da vítima.
- d) o motivo torpe.
- e) a subtração de veículo que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

##### 05. No atentado violento ao pudor, presume-se a violência, se a vítima

- a) não é maior de 12 anos de idade e o agente conhecia esta circunstância.
- b) é débil mental e o agente conhecia esta circunstância.
- c) é alienada ou débil mental e o agente desconhecia este fato.
- d) tem menos de 14 anos de idade.
- e) não é casada com o agente.

##### 06. A pessoa que obtém para si vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função prática

- a) usurpação de função pública.
- b) favorecimento pessoal.
- c) exploração de prestígio.
- d) tráfico de influência.
- e) favorecimento real.

##### 07. De acordo com a lei n. 8.069/90 (estatuto da criança e do adolescente), antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional

- a) apenas a autoridade judicial poderá conceder a remissão.
- b) a autoridade policial poderá conceder a remissão.
- c) o representante do Ministério público poderá conceder a remissão.
- d) não há se falar em remissão.
- e) o representante do Ministério Público poderá requerer a remissão junto à autoridade judicial.

##### 08. Levando-se em conta o rol previsto no artigo 1º, da lei n. 8.072/90, não é considerado hediondo o crime de

- a) homicídio qualificado.
- b) seqüestro.
- c) latrocínio.
- d) atentado violento ao pudor.
- e) estupro.

##### 09. Quanto ao novo estatuto do desarmamento 10.826/03, é lícito afirmar que

- a) o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e o de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito são punidos com mesmo rigor.
- b) os crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de uso restrito são punidos com o mesmo rigor.
- c) a figura da reincidência por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins deixou de existir.
- d) os crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido (no interior de residência) e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido são punidos com o mesmo rigor.
- e) o delito de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito deixou de existir.

##### 10. A pessoa que exporta para o exterior peles e couros de anfíbio e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade competente, comete

- a) ilícito meramente administrativo.
- b) contravenção penal.
- c) crime de contrabando ou descaminho.
- d) crime contra o meio ambiente. e. crime de desobediência.

**Direito Processual Penal**

**11. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 7º, inciso III, do estatuto da ordem dos advogados. Todavia, a incomunicabilidade não excederá de**

- a) 12 (doze) dias.
- b) 3 (três) dias.
- c) 10 (dez) dias.
- d) 5 (cinco) dias.
- e) 2 (dois) dias.

**12. Se o Ministério Público julga necessário maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá**

- a) requisitá-los, diretamente, de quaisquer funcionários ou pessoas que devam ou possam fornecê-los.
- b) requerê-los, diretamente, ao delegado de polícia.
- c) requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.
- d) requerê-los, diretamente, ao juiz de direito.
- e) requisitá-los ao delegado de polícia, por intermédio do juiz de direito.

**13. A competência para o processo será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração. No caso de tentativa, será determinada pelo lugar**

- a) em que for praticado algum ato de execução.
- b) em que fora praticado o último ato de execução.
- c) do domicílio do réu.
- d) do domicílio da vítima.
- e) em que for praticado o primeiro ato de execução.

**14. Quando a infração penal deixar vestígios será**

- a) indispensável o exame de corpo de delito indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) dispensável o exame de corpo de delito direto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- c) dispensável o exame de corpo de delito direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) indispensável o exame de corpo de delito direto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- e) indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

**15. A arguição de suspeição precederá a qualquer outra, salvo quando**

- a) a ação for pública condicionada.
- b) a ação for pública incondicionada.
- c) a ação for exclusivamente privada.
- d) fundada em motivo superveniente.
- e) fundada em motivo antecedente.

**16. A constituição de defensor independerá de instrumento de mandato, se o acusado**

- a) for pobre, nos termos da lei.
- b) o indicar por ocasião do interrogatório.
- c) o indicar a qualquer tempo.
- d) o indicar antes da apresentação da defesa prévia.
- e) não comparecer aos atos do processo.

**17. A prisão preventiva poderá ser decretada**

- a) em qualquer infração penal.
- b) nos crimes dolosos culposos punidos com reclusão.
- c) somente nos crimes hediondos ou assemelhados.
- d) nos crimes dolosos punidos com reclusão e, excepcionalmente, nos com detenção.
- e) somente nos crimes dolosos punidos com reclusão.

**18. A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada**

- a) independentemente da identificação civil.
- b) pelo delegado de polícia na apuração da infração penal.
- c) pelo delegado de polícia na instauração do inquérito policial, após a identificação civil.
- d) pelo delegado de polícia na investigação criminal, após a manifestação do Ministério Público.
- e) pelo responsável, delegado de polícia ou condutor, na lavratura do auto de qualificação, após a identificação civil.

**19. Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando**

- a) estiver descrita com clareza a situação objeto da investigação.
- b) a ação principal estiver sob sigilo de justiça.
- c) houver indícios razoáveis da autoria e da materialidade da infração penal.
- d) a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- e) os meios a serem empregados não forem indicados no pedido.

**20. A tutela concedida pelos programas de proteção especial a vítima e a testemunhas, e as medidas dela decorrentes levarão em conta a**

- a) gravidade da ameaça à integridade física ou psicológica da pessoa protegida.
- b) natureza da infração penal.
- c) facilidade de preveni-las pelos meios convencionais.
- d) personalidade e o comportamento da pessoa protegida.
- e) solicitação do próprio interessado.

**Direito Constitucional**

**21. Encarta-se entre os expressos fundamentos da república federativa do Brasil, enunciados no art. 1º da constituição federal**

- a) o princípio da não intervenção.
- b) a defesa da paz.
- c) o pluralismo político.
- d) a concessão de asilo político.
- e) a prevalência dos direitos humanos.

**22. Quando a constituição federal confere a qualquer pessoa legitimidade para propor ação popular, pressupõe que essa pessoa seja**

- a) brasileiro nato ou naturalizado, desde que eleitor.
- b) residente no país e maior de 18 anos.
- c) residente no país e maior de 21 anos.
- d) nacional e no gozo dos direitos políticos.
- e) nacional e maior de 18 anos.

**23. Incluem-se entre os bens dos estados**

- a) as cavidades naturais subterrâneas e o mar territorial.
- b) as águas superficiais ou subterrâneas, na forma da lei.
- c) as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países.
- d) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- e) os terrenos de marinha e seus acrescidos.

**24. O estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando**

- a) forem violados os direitos da pessoa humana.
- b) qualquer dos Poderes for obstado em seu livre exercício.
- c) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- d) houver invasão estrangeira.
- e) houver grave comprometimento da ordem pública.

**25. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão**

- a) três Senadores, com mandato de quatro anos; pelo sistema majoritário.
- b) dois Senadores, com mandato de quatro anos, pelo sistema proporcional.
- c) três Senadores, com mandato de oito anos, pelo sistema proporcional
- d) alternadamente, um e dois senadores, com mandato de oito anos, pelo sistema proporcional.
- e) três Senadores, com mandato de oito anos, pelo princípio majoritário.

**26. O veto parcial pode abranger**

- a) palavras do texto.
- b) texto integral do caput do artigo.
- c) texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- d) qualquer disposição do projeto de lei.
- e) no máximo dois terços do projeto de lei.

**27. O projeto de emenda constitucional é de iniciativa**

- a) de qualquer congressista isoladamente.
- b) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou Senado Federal.
- c) de um terço das Assembléias Legislativas, das unidades da federação; manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) de mais da metade das assembléias das unidades da federação, manifestando-se, cada uma delas, por três quintos de seus membros.
- e) de mais da metade dos governadores dos estados da federação.

**28. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração e imporá restrições aos direitos de**

- a) comunicabilidade do preso com sua família e defensor.
- b) liberdade, de igualdade e de tratamento isonômico.
- c) comunicação, de expressão e de opinião.
- d) segurança, de propriedade e de seguridade social.
- e) sigilo de correspondência e de comunicação telefônica.

**29. A ordem social tem por objetivo(s)**

- a) a universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) a seguridade e a previdência sociais.
- c) o bem-estar e a justiça sociais.
- d) a equidade na forma de participação no custeio.
- e) a irredutibilidade do valor dos benefícios.

**30. Segundo a Constituição Federal, a propaganda comercial de medicamentos**

- a) está sujeita a restrições, nos termos de lei federal.
- b) não está sujeita a restrições.
- c) está sujeita a restrições, nos termos de lei federal ou estadual.
- d) está sujeita a restrições. nos termos de portaria do Ministro da Saúde.
- e) está sujeita a restrições, nos termos de decreto do Presidente da República.

**Direito Administrativo****31. Definem-se como. “centros de competência instituídos (as) para o desempenho de funções estatais”**

- a) as entidades estatais.
- b) os órgãos públicos.
- c) as entidades estatais e as paraestatais.
- d) as fundações públicas.
- e) as empresas públicas.

**32. A existência de uma autarquia pressupõe a aplicação do princípio da**

- a) da especialidade.
- b) supremacia do interesse público.
- c) da auto-executoriedade.
- d) da impessoalidade.
- e) da privatização.

**33. Ato administrativo que ainda não produziu efeitos, porque sujeito a termo, considera-se ato**

- a) inexistente.
- b) imperfeito.
- c) complexo.
- d) pendente.
- e) remoto.

**34. É correto afirmar que o alvará definitivo e o alvará precário consubstanciam, respectivamente**

- a) uma concessão e uma permissão.
- b) uma licença e uma autorização.
- c) uma licença e uma homologação.
- d) uma permissão de uso e uma autorização.
- e) uma autorização e uma aprovação.

**35. O contrato administrativo pelo qual a Administração cede ao particular o uso de bem público, para que o explore por sua conta. e risco, pelo prazo e nas condições regulamentares e contratuais é**

- a) autorização de uso.
- b) permissão de uso.
- c) contrato de aforamento.
- d) concessão de uso.
- e) contrato de prestação de serviços.

**36. O pregão é modalidade de licitação para**

- a) venda de bens móveis inservíveis para a Administração.
- b) escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio aos vencedores.
- c) aquisição de bens e serviços comuns.
- d) concessões de direito real de uso.
- e) alienação de bens imóveis.

**37. A desafetação, instrumento de intervenção da propriedade, pode ser conceituada como**

- a) forma pela qual a propriedade pública fica desonerada da finalidade privada na qual vinha sendo utilizada.
- b) fato ou pronunciamento do estado que incorpora uma coisa à dominialidade da pessoa jurídica.
- c) ato administrativo unilateral, auto-executório e oneroso, consistente na utilização de bens ou de serviços particulares pela administração.
- d) fato ou manifestação de vontade do poder público mediante o qual o bem do domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do estado ou do administrado.
- e) alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública.

**38. Sobre a responsabilidade civil da Administração Pública no Brasil é correto afirmar que vigora a teoria da**

- a) responsabilidade objetiva na modalidade de risco administrativo.
- b) responsabilidade objetiva da Administração na modalidade de risco integral.
- c) culpa subjetiva.
- d) irresponsabilidade da administração.
- e) civilista da culpa.

**39. O policial civil demitido**

- a) poderá retornar ao serviço público após 1 ano.
- b) poderá retornar ao serviço público após 10 anos.
- c) poderá retornar ao serviço público após 5 anos.
- d) não poderá retornar ao serviço público.
- e) só poderá ingressar no serviço público municipal ou da União.

**40. Segundo a lei orgânica da polícia civil, são causas extintivas da punibilidade**

- a) morte do agente, aposentadoria, graça e prescrição.
- b) morte do agente, anistia administrativa, retroatividade de lei que não considera o fato como infração e prescrição.
- c) morte do agente, cassação da aposentadoria, retroatividade de lei que não considera o fato como infração e prescrição.
- d) exoneração, anistia administrativa, prescrição e retroatividade de lei que não considera o fato como infração.
- e) demissão, morte do agente, indulto e retroatividade de lei que não considera o fato como infração.

**Direito Civil, Direitos Humanos e Medicina Legal****41. Na interpretação dos negócios jurídicos, leva-se em conta**

- a) a boa-fé e os costumes legais.
- b) a reserva legal e a boa-fé.
- c) a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- d) a declaração de vontade e a boa-fé.
- e) os usos, os costumes legais e a boa-fé.

**42. O modo de adquirir propriedade mediante transformação da coisa móvel em espécie nova, em virtude de trabalho ou indústria desde que não se possa reduzi-la à sua forma primitiva é a**

- a) comissão.
- b) confusão.
- c) tradição.
- d) adjunção.
- e) especificação.

**43. O dono de prédio rústico, ou urbano, é credor pignoratício sobre móveis que o rendeiro, ou inquilino, tiver guarneendo o prédio locado, pelos aluguéis, ou rendas, em virtude de penhor**

- a) convencional.
- b) legal.
- c) mercantil.
- d) rural
- e) de direito

**44. Na convenção contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes está previsto que os membros do comitê contra a tortura são**

- a) eleitos para um mandato de quatro anos, vedada a reeleição.
- b) eleitos para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.
- c) eleitos para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos.
- d) eleitos para um mandato de dois anos, vedada a reeleição.
- e) indicados pelos estados-partes, sem eleição.

**45. A sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos**

- a) comportará recurso à organização dos estados americanos.
- b) só transitará em julgado após a apreciação de todos os recursos.
- c) expressará a opinião unânime dos juizes.

- d) será definitiva e inapelável.
- e) só admitirá recurso à organização das nações unidas.

**46. No que concerne à evolução dos Direitos Humanos podemos afirmar que:**

- a) privilegiou a defesa dos direitos civis e políticos.
- b) fundiu-se às normas de direito humanitário.
- c) acabou por flexibilizar o conceito de soberania do estado.
- d) comprometeu a eficiência do aparelhamento estatal.
- e) regulamentou as normas do direito internacional.

**47. Examinando a impressão papilar de um dedo amputado de mão humana, o perito, com base no sistema papiloscópico de Vucetich, a classificou como sendo do tipo 3. Dai se pode concluir que o perito**

- a) examinou o terceiro dedo da mão.
- b) observou 3 deltas na impressão.
- c) observou a ausência de delta na impressão.
- d) observou um delta à esquerda da impressão.
- e) a classificou no tipo 3 porque evidentemente a mão apresentaria ausência de um dedo.

**48. É considerado fenômeno abiótico imediato**

- a) a insensibilidade.
- b) a mancha verde abdominal.
- c) a formação de manchas de hipóstase.
- d) o resfriamento cadavérico.
- e) a opacificação da córnea.

**49. Nas exumações é importante reconhecer-se a fase de putrefação do cadáver. para tanto, é importante saber que a seqüência das fases de putrefação do cadáver é a seguinte:**

- a) gasosa, cromática, coliquativa e de esqueletização.
- b) gasosa, coliquativa, cromática e de esqueletização.
- c) cromática, gasosa, coliquativa, adipocérica e de esqueletização.
- d) gasosa, cromática, coliquativa, adipocérica e de esqueletização.
- e) cromática, gasosa, coliquativa e de esqueletização.

**50. Considerando-se os sulcos cervicais típicos de enforcamento e de estrangulamento. pode-se afirmar que aqueles são, respectivamente,**

- a) oblíquo interrompido e horizontal contínuo.
- b) horizontal contínuo e oblíquo interrompido.
- c) oblíquo contínuo e horizontal interrompido.
- d) horizontal interrompido e oblíquo contínuo.
- e) oblíquo interrompido e horizontal interrompido.

**Gabarito**

|       |       |       |       |       |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 01. B | 02. A | 03. C | 04. D | 05. B |
| 06. D | 07. C | 08. B | 09. A | 10. D |
| 11. B | 12. C | 13. B | 14. E | 15. D |
| 16. B | 17. D | 18. A | 19. D | 20. A |
| 21. C | 22. D | 23. B | 24. C | 25. E |
| 26. C | 27. B | 28. E | 29. C | 30. A |
| 31. B | 32. A | 33. D | 34. B | 35. D |
| 36. C | 37. D | 38. A | 39. C | 40. B |
| 41. C | 42. E | 43. B | 44. C | 45. D |
| 46. C | 47. D | 48. A | 49. E | 50. A |